

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Pç. Nossa Senhora da Salete - Bairro Centro Cívico - CEP 80530-912 - Curitiba - PR - www.tjpr.jus.br

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 11090555 - SG-SCI-CCC-DCOE

SEI!TJPR Nº 0150155-02.2024.8.16.6000 SEI!DOC Nº 11090555

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE CELEBRAM ENTRE SI O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ – TJPR E A ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO PARANÁ – AMAPAR PARA ESTABELECER O PROCEDIMENTO PARA NOMEAÇÃO DO DIRETOR OU DIRETORA DA ESCOLA DA MAGISTRATURA DO PARANÁ – EMAP E A COOPERAÇÃO ENTRE A ESCOLA DA MAGISTRATURA DO PARANÁ – EMAP E A ESCOLA JUDICIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ – EJUD.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (TJPR), com sede na Praça Nossa Senhora de Salette, Centro Cívico, CEP 80.530-912, Curitiba-PR, sob o CNPJ n. 77.821.841/0001-94, representado neste ato pelo seu Presidente, Excelentíssimo Senhor Desembargador LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN, brasileiro, portador do CPF 3**.51*.46*-*9 no uso de suas atribuições; e do outro lado a ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO PARANÁ (AMAPAR), sediada na Rua . Alberto Folloni, 541/543 - Juvevê, Curitiba - PR, 80540-000, neste ato representado por seu Presidente, Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito MARCEL FERREIRA DOS SANTOS, brasileiro, portador do CPF: 2**.87*.4**-*0, CELEBRAM este TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, nos termos da Lei Estadual n. 15.608/2007, conforme as cláusulas abaixo pactuada:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo visa promover a cooperação, coordenação e fortalecimento das atividades exercidas pela Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (EJUD) e pela Escola da Magistratura do Paraná (EMAP) na formação de magistrados, magistradas, servidores e servidoras vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR).

CLÁUSULA SEGUNDA - DO DIRETOR DA ESCOLA DA MAGISTRATURA DO PARANÁ - EMAP

No prazo de 5 (cinco) dias contados da sua posse, o Presidente da AMAPAR indicará ao Presidente do TJPR o Diretor ou a Diretora da EMAP.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A indicação, com consulta prévia ao Presidente do TJPR, deverá recair, exclusivamente, entre os magistrados ou magistradas vinculados ao TJPR.

PARÁGRAFO SEGUNDO. A sistemática prevista nesta cláusula se aplicará aos mandatos que se iniciarem a partir da vigência deste Termo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ATRIBUIÇÕES:

- I a Presidência do TJPR autorizará o uso compartilhado dos espaços destinados à EMAP e EJUD, que atuarão sob regime de cooperação;
- II a EJUD realizará cursos de formação inicial e continuada de magistrados e magistradas e de aperfeiçoamento de magistrados e magistradas e servidores e servidoras vinculados ao TJPR.
- III a EMAP executará o Programa de Residência Jurídica do TJPR e, caso assim delibere, cursos de preparação para o ingresso na judicatura;
- IV caso haja prévio acordo com a Direção da EJUD, a EMAP poderá realizar cursos de formação continuada e de aperfeiçoamento de magistrados e magistradas, vinculados ao TJPR.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Este Termo não gera obrigações de natureza financeira para quaisquer dos partícipes, cumprindo a cada um arcar com os eventuais recursos provenientes de sua execução, observados os compromissos assumidos nas cláusulas anteriores.

CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

O TJPR providenciará a publicação no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Paraná do extrato deste Termo, nos termos da Lei Estadual n. 15.608/2007.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

Este Termo terá vigência de 60 (sessenta) meses, contado o prazo a partir da data da respectiva assinatura.

PARÁGRAFO ÚNICO. Este Termo poderá ser rescindido, a qualquer momento, por quaisquer das partes, desde que notificada a outra com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OMISSÕES

Os casos omissos serão submetidos à deliberação conjunta do Presidente do TJPR e da AMAPAR.

CLÁUSULA OITAVA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

É vedada ao TJPR, AMAPAR e EMAP a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução do acordo de cooperação técnica para finalidade distinta daquela prevista em seu objeto, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. TJPR, AMAPAR e EMAP se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações - em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis - repassadas em decorrência da execução do objeto deste acordo de cooperação técnica, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras

pessoas físicas ou jurídicas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do acordo de cooperação técnica.

PARÁGRAFO SEGUNDO. TJPR, AMAPAR e EMAP responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução do objeto deste acordo de cooperação técnica, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, TJPR, AMAPAR e EMAP, para a execução do serviço objeto deste acordo de cooperação técnica, têm acesso a dados pessoais de seus representantes, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação.

PARÁGRAFO QUARTO. TJPR, AMAPAR e EMAP declaram que têm ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e se comprometem a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados entre si.

PARÁGRAFO QUINTO. TJPR, AMAPAR e EMAP ficam obrigados a comunicar um(ns) ao(s) outro(s) em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadeguado ou ilícito que possa vir a impactar e/ou afetar as partes partícipes, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Fica eleito, com renúncia de qualquer outro, por mais especial e privilegiado que seja, o foro da Comarca de Curitiba-PR para dirimir quaisquer dúvidas relacionadas com a execução deste Termo.

E por estarem acordes, lavrou-se o presente instrumento que, depois de lido e achado conforme, vai assinado em duas vias de igual teor e forma para que produzam os devidos efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Curitiba, data da assinatura eletrônica

Desembargador LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Juiz de Direito MARCEL FERREIRA DOS SANTOS Presidente da Associação dos Magistrados do Paraná

Testemunhas:

Felipe Nery Arruda

Coordenador de Contratos e Convênios

CPF: 583.***.***-49

Hermes Ribeiro da Fonseca Filho

Secretário de Contratações Institucionais

CPF: 007.***.***-28



Documento assinado eletronicamente por MARCEL FERREIRA DOS SANTOS, Usuário Externo, em 24/10/2024, às 11:21, conforme art. 1°, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por Luiz Fernando Tomasi Keppen, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em 29/10/2024, às 14:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE NERY ARRUDA**, **Coordenador de Contratos e Convênios**, em 29/10/2024, às 18:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **HERMES RIBEIRO DA FONSECA FILHO**, **Secretário de Contratações Institucionais do Tribunal de Justiça**, em 29/10/2024, às 18:26, conforme art. 1°, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tjpr.jus.br/validar informando o código verificador **11090555** e o código CRC **8E027240**.

0150155-02.2024.8.16.6000 11090555v5

Departamento do Patrimônio

SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES INSTITUCIONAIS COORDENADORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS DA SCI DIVISÃO DE CONVÊNIOS E DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS Protocolo nº0150155-02.2024.8.16.6000 EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 11090555 - SG-SCI-CCC-DCOE

Convenentes: O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (TJPR) e a ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO PARANÁ (AMAPAR)

Objeto: A cooperação, coordenação e fortalecimento das atividades exercidas pela Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (EJUD) e pela Escola da Magistratura do Paraná (EMAP) na formação de magistrados, magistradas, servidores e servidoras vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR).

Vigência: 60 (sessenta) meses, contado o prazo a partir da data da respectiva assinatura.

Curitiba, 29/10/2024.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná Juiz de Direito **MARCEL FERREIRA DOS SANTOS** Presidente da Associação dos Magistrados do Paraná